

CARTA ABERTA ÀS UNIVERSIDADES PORTUGUESAS (*)

Na hora histórica e dramática, que a Nação Portuguesa hoje vive, creio ter chegado o momento de, como antigo professor universitário de Coimbra na situação marginal de aposentado — homem de 70 anos consciente dos seus plenos direitos e deveres de cidadão responsável — dirigir às Universidades Portuguesas esta mensagem-apele que considero o meu «testamento espiritual». Faço-o serenamente, com humildade, respeito e dignidade para comigo próprio, sem me reportar aos seus professores como simples pessoas civis, mas tão só dirigindo-me às Universidades lusas como instituições ou seres colectivos. É do conhecimento de todos que as Universidades são — ou devem ser —, por fidelidade à sua essência intrínseca, vivos organismos culturais, cuja função específica não se pode restringir à mera transmissão das ciências e à formação de técnicos, mas seminários de pedagogia espiritual, moral e cívica, apurando espíritos críticos, modelando caracteres e forjando vontades.

Durante a longa e opaca noite do «Meternichismo» Salazarista, pôde a Nação Portuguesa assistir, com doloroso aperto da alma e do coração, a este espectáculo mórbido: um catedrático de *Direito* (repare-se), um dos próprios filhos da Universidade de Coimbra, um homem vindo do povo honrado, trabalhador, humilde e são, tornar-se, pouco a pouco, o *dono absoluto* ou o «*дрессеур*» das Universidades, escravizando os seus legais órgãos administrativos, submetendo o seu regimento interno ao negro despotismo da Polícia Política e regendo-a como um bonzo oriental com decretos-leis arbitrários. Ao abrigo do famoso

(*) Publicado no «Diário de Coimbra», em 8 de Maio de 1974.

decreto 25 317 de 13 de Maio de 1935, em nome da «Salus Populi», viu a Nação serem expulso das suas cátedras, ganhas por méritos próprios e depois de laboriosos trabalhos, todo um grupo de professores — servidores do espirito — projectados para a rua como pestíferos, melhor direi, como *objectos*. Foi a gloriosa «matança de S. Bartolomeu», a «deglolação, não dos innocentes, mas dos pecadores» universitários! Sem julgamento prévio do seu comportamento como funcionários, sem defesa, sem possibilidades de apelo jurídico para as autoridades, abandonados na sua própria Pátria, outro recurso não restou a esses universitários senão acatar a sua coerciva humilhação, devorar em silêncio e «algemados» as suas vexação e degradação. Para me limitar à minha Universidade — onde me formei e doutorei —, quero referir-me a dois docentes universitários como *symbolos*, vítimas da «matança» atrás referida: o professor Aurélio Quintanilha, mestre insigne, investigador científico de dilatado renome internacional e o professor Mário Silva, fisico, discípulo de Madame Curie, mestre pedagogo de raros méritos, amado de seus discipulos e cidadão modelo de virtudes. . . . Perante o «furação» turbulento do decreto de 35, *dever e honra* das Universidades Portuguesas era estas terem-se erguido *colectivamente*, institucionalmente, todos por um, um por todos (não se exigiria heróismos individuais), como um unitário bloco granítico espiritual, uma falange militante capaz de fazer frente à prepotência daquelle que ousara, como um Átila bárbaro, espezinhar a Constituição Orgânica, não só da sua própria Casa onde era professor, mas de todas as Universidades criadas para a cultura do povo português. A tragédia, porém, consumou-se. Em face do verdadeiro crime espiritual praticado, as Universidades — como se estas fossem entes colectivos geneticamente em juvenil menoridade moral — curvaram a sua cerviz, auto-demitindo-se «ípsos facto» do cumprimento dos seus direitos e deveres; o Governo de 35, chegado por um professor universitário e no elenco ministerial do qual se encontravam vários outros professores universitários (entre eles um Ministro da Educação Nacional e outro Ministro da Justiça) arrastou assim a Universidade, pelo silêncio, submissão e acatamento dos «Estudos Gerais», a um verdadeiro suicídio moral colectivo. Minerva, apeada do seu pedestal de

deusa soberana, tornou-se a escrava do Senhor Primeiro Ministro: «Politique d'abord».

Mas sepultemos o passado que será estudado um dia pela História crítica da cultura (ou incultura) portuguesa, não esquecendo nós, porém, que a História na fórmula de Heródoto é e será sempre «a mestra da vida».

Agora que a velha Universidade se pretende reconstruir, dos seus alicerces à sua cúpula, como a Nova Universidade, uma Universidade de face humana, é do cerne do meu espirito de professor, hoje à margem do labor docente, que apelo veementemente para as Universidades Portuguesas, para que estas, senhoras dos seus deveres e direitos e consciencializando-se unitariamente da sua essência como democráticas *instituições culturais*, saibam desempenhar ou cumprir até ao fim para o bem da Pátria querida de que todos, todos, somos filhos, a sua alta magistratura espiritual dentro da Justiça, Amor, Tolerância, Trabalho e Disciplina.

SÍVIO LIMA

Professor Jubilado
da Universidade de Coimbra